

ENSINO RELIGIOSO, ESCOLA E TEMPLOS DE CONSUMO NA CONTEMPORANEIDADE

Cássia Maria Baptista de **Oliveira** – UNESA

Neste trabalho, partimos da idéia de que a presença do ensino religioso nas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro deveria ser analisada tomando como ponto de partida a idéia de Bauman de que “os movimentos religiosos têm uma capacidade singular de revelar os males da sociedade, sobre os quais eles têm seu próprio diagnóstico”. A argumentação deste autor nos conduziu a focar os desafios singulares da contemporaneidade que perpassam a educação através do que acontece no ensino religioso, objeto desta pesquisa, para compreender as tensões políticas singulares existentes nas relações entre escola pública, religião e contemporaneidade.

Tal compreensão nos levou a reconhecer a importância de nos aventurarmos pela cidade, pois como argumenta Walter Benjamin, a cidade é o verdadeiro lugar sagrado do *flâneur*. “A cidade é seu tempo, seu local de culto”. As Avenidas Brasil e das Américas foram escolhidas como elementos de referência e funcionaram como rastros que enunciam a modernidade pesada e a modernidade leve. O cronista carioca João do Rio também lembrou que “a rua é um fator de vida das cidades, a rua tem alma”.

Atravessamos a cidade do Rio de Janeiro pelas avenidas Brasil e das América como uma das portas para entendermos o porquê da volta inesperada do ensino religioso às escolas públicas. Este passeio pela cidade consistiu em trazer a narrativa como fundamento da abordagem teórico-metodológica que serviu como uma travessia, permitindo-nos politizar o objeto da pesquisa. Deve se ressaltar que, movidas pela figura do trapeiro de Benjamin, as imagens dos templos de consumo localizados nestas avenidas foram recolhidas para introduzir o conceito teológico de Benjamin, e também para nos aproximar dos professores que ministram a disciplina de ensino religioso nas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro, a fim de apreendermos o que a religião nos fornece para captar os desafios da contemporaneidade.

As escolas estaduais estão organizadas administrativamente em regiões denominadas metropolitanas. Escolhemos a metro 10 em função de sua abrangência: zona sul, centro, zona norte (Tijuca, Vila Isabel e Lins) e zona oeste (Barra da Tijuca, São Conrado e Jacarepaguá), e utilizamos a entrevista semi-estruturada como instrumento de pesquisa no encontro com 14 dos 18 professores que ministram a disciplina ensino religioso nesta metropolitana. Dos 14 professores, 12 são católicos e 2 evangélicos.

1. Avenida Brasil e Avenida das Américas: Templos de Consumo

O passeio pelas avenidas Brasil e das Américas foi vital porque sintetizou a política do medo cotidiano e a política do culto à imagem do corpo para que se pudesse mostrar a dimensão religiosa nos espaços laicos. A Avenida Brasil colocou em destaque a imagem dos mortos da contemporaneidade que não estão no cemitério do Caju, assim como a morte das ideologias, o esvaziamento da rua sem a pulsação das massas e o envelhecimento de certo medo de fazer política. A Avenida das Américas apontou para a imagem dos templos de consumo – shoppings, academias de ginástica, igrejas e bingos – que produzem o não-engajamento do cidadão com a própria cidade.

No entanto, o não-engajamento à cidade resume a experiência da privatização do espaço urbano, da existência, da política na modernidade leve, a partir da qual se realizam as sete propriedades do capital: dominação e exploração; diferença e desigualdade social; trabalho e consumo; tempo e espaço; emancipação e globalização; individualidade e liberdade; comunidade e nacionalismo.

Estas avenidas, que se diferenciam pelas condições de vida, estão intimamente ligadas, colocando em movimento dois processos: globalização e localização. Estes processos explicitam que a separação entre capital e espaço resultou na invisibilidade do poder do capital, produzindo o não-engajamento à cidade.

A Avenida das Américas (globalização) e Avenida Brasil (localização) vivem este não-engajamento em condições radicalmente desiguais. A elite que habita a Avenida das Américas – os globalizados – escolhe o isolamento e a visibilidade para manter a privatização do espaço público. Para o globalizado, o desenraizamento da cidade é um estilo de vida compartilhado pelos seus pares e não foi feito para a massa imitar, apenas existe para que se possa viver melhor o presente. Para a população da Avenida Brasil – os localizados – o isolamento e a visibilidade são vividos como um problema que anuncia a privatização do espaço público como uma prisão que os humilha, já que impede a liberdade de movimento, o que resulta em privação, frustração e pobreza. Mantidos nos guetos das “prisões” sem muros, estão confinados à imobilização que funciona como dispositivo para manter a estratificação social.

O gueto real vivido pelos localizados é muito diferente do gueto voluntário do qual os globalizados usufruem. Para os localizados, o gueto é a negação da liberdade, enquanto para os globalizados é a sua afirmação. No entanto, os guetos e os espaços públicos fechados,

transformados em templos, asseguram o desengajamento com a cidade, garantem o consumo e o movimento do cidadão pelo espaço. Diante da falta de vínculo com o espaço, a cidade perde o valor de integração social e ganha valor de mercado, ou seja, o espaço público civil passa a ser visto como sem valor e a cidade é transformada em um lugar de passagem por anunciar a violência.

A violência expressa a política do medo cotidiano para afirmar os templos de consumo como lugares que prometem a certeza, a segurança e a proteção, indicando a desvalorização do espaço público civil – resultante da nova técnica de poder que separa mercadoria e produtor – e a valorização do espaço público privado, visando garantir a circulação da produção pela oferta de consumo nos templos.

Os templos de consumo anunciam a política do culto ao criarem a condição de engajamento global da comunidade dos “sem-comunidade” através da veiculação da imagem associada à mercadoria. Anunciam, assim, a imagem como fonte da valorização do tempo instantâneo. Esta valorização da imagem como condição de engajamento à comunidade do “nós” estabelece a relação com o que se encontra no mundo mais amplo, o que permite a integração de forma positiva – global e local.

A política do culto à imagem do corpo como busca da comunidade do “nós” faz a liberdade triunfar a par com o esvaziamento da rua, estabelecendo as bases para apresentar a dimensão religiosa destes templos que desvelam o mal-estar da civilização, decorrente da troca do valor da segurança pela liberdade e pela felicidade, anunciando que a busca do prazer e da liberdade, em detrimento da segurança, universalizou o medo, a incerteza e a insegurança. Trocando em miúdos: os templos de consumo revelam as contradições da sociedade de espetáculo, que funciona sob o imperativo do consumo, o qual exige dos sujeitos a busca da felicidade efêmera.

Assim, os templos de consumo retratam esta busca do cidadão e o seu combate ao sofrimento humano, derivado da insegurança, da incerteza, da falta de garantias que alimentam a política do medo cotidiano. Dessa maneira, há o declínio do homem público e o aparecimento do espaço público como útil à violência, na medida em que a confiança cega na relação entre mercadoria, imagem e valor evidencia a importância da política do culto, que visa determinar a transferência da imagem desta mesma mercadoria para o corpo. Efetua-se, assim, o tempo efêmero, que atua como um modo de existência.

Esta evidência nos faz pensar a política do culto como a dimensão religiosa, presente nos templos de consumo, o que os torna adequados aos tempos atuais “globais-locais”, porque expressa o efêmero da sociedade de consumo como manifestação da vida líquida, criando

modos de subjetivação que propiciam o fundamentalismo – remédio radical contra este veneno da sociedade de consumo. Nos templos de consumo, o processo de associação entre religião e fundamentalismo instaura-se quando o apego à imagem se torna a única fonte de revelação e de verdade.

Para compreender a dimensão religiosa nesses templos, recorreremos a Benjamin, que examina a edificação do profano de acordo com a edificação do sagrado. Esta edificação foi compreendida pela imagem dos templos de consumo, que evocam a plenitude e o fascínio pelo fundamentalismo que provêm da promessa de emancipar os cidadãos das agonias da escolha, criando o pavor de se correr riscos na cidade. Estes templos ganham caráter de culto, e o profano escorre lentamente, transformando o capitalismo num mistério que acolhe a transcendência por conseguir modificar os espaços laicos em espaços divinos.

Por causa da invisibilidade da força do capitalismo, ele se converte em um mistério evidenciado nos templos de consumo, que trazem o efêmero como o retrato do presente em que nada foi feito para durar. Assim, os templos de consumo são como o efêmero, que desencarna o capitalismo de suas propriedades e faz proliferar as idéias de os templos de consumo e a comunidade do “nós” aparecerem como uma espécie de paraíso, do nada faltar, justamente porque esta comunidade tem o sujeito escolhido como objeto de sua completude, e porque a essência humana amedronta nossas vidas e ameaça destruir nossos corpos através dos crimes violentos e das agressões.

Na sociedade líquido-moderna, a luta contra o medo cotidiano tende a ser conduzida para que o cidadão melhore a essência humana. Daí esta essência aparecer como um aspecto que comporta o mistério da vida. “Quando desaparecem as propriedades do capital, na escola, a religião não fica desencarnada. A disciplina ensino religioso acompanha o calendário escolar. A criança vai crescendo e percebe que a religião tem um sentido”, como nos falou a coordenadora do Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso. A religião exprime a essência humana por dar importância ao sujeito, ressaltando a crença como uma segurança.

2. Templos de consumo, ensino religioso e escola: política como essência

O ensino religioso nas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro traz à tona questões que explicam a consistência dos templos de consumo. Evidenciam-se os desafios que perpassam a educação, como a crença como âncora, a tolerância à diferença e a solidariedade fundada na transcendência. Estes desafios foram apontados nas narrativas dos professores, que abordaram os dramas e a pluralidade da sala de aula, focalizaram o ensino

religioso voltado para a humanização e destacaram a importância dada à construção da sensibilidade, do conhecimento de si mesmo, dos valores, da moral e da ética, que são estruturados como saberes que se preocupam com a linguagem do sagrado.

As questões evidenciadas no universo escolar levam a religião a ter que falar sobre a contemporaneidade, mostrando que tanto a política do culto contribui para vivermos numa sociedade sem valor, quanto a política do medo cotidiano acentua a violência e a insensibilidade nos dias atuais. Essas políticas favorecem transformar o que é pleno em eternidade, mostrando a transcendência como aquilo que transmite a eternidade. A transcendência, por sua vez, é o objeto da fundamentação epistemológica da disciplina, que tem a solidariedade como mensagem de politização da sociedade com base em uma crescente interdependência entre capital e religião, a qual fez envelhecer o caminho da paz como uma questão de justiça social.

Do ângulo de nossos professores, a relação com a transcendência proporciona aos discentes a certeza e o amparo de que eles precisam para caminhar na vida, além de possibilitar o engajamento à cidade em função do compromisso com um Deus que protege os indivíduos dos males existentes no mundo. Em troca, os sujeitos cuidam do mundo para manter a proteção ao direito à vida e à integridade moral. Assim, eles consideram que a religião está conectada ao mundo porque Deus criou os fundamentos para apresentar aos seres humanos respostas às perguntas que o inquietam. Esses fundamentos abrangem a moral do sacrifício, na medida em que a confiança em Deus significa adotar um estilo de vida em que se exige entrega a Ele para se obter o sentido da existência. Esse Deus aparece como condição de continuidade da humanização do ser humano, o que ocorre pelo amparo e pelas certezas que ele oferece para se estar num mundo que impõe a difícil tarefa de aprender a viver com sofrimentos, frustrações, medos e incertezas.

A essência humana surge ao mesmo tempo como perigo e remédio. Como perigo, no momento em que considera a política do medo cotidiano como derivada dos males causados pelas maleficências e pelos malfeitores humanos que habitam a cidade. A essência humana torna-se remédio para estes males quando concebe o desenvolvimento do sujeito como a estrada que revela a sua cura. Esta cura pretende-se alcançar tendo a crença como âncora, porque se pressupõe que a crença é aquela que possibilitará ao indivíduo sentir-se protegido e seguro. A proteção e a segurança são os caminhos que levam à transformação da descrença em crença, da desesperança em esperança, da intolerância em tolerância à diferença.

Em outras palavras, a busca da proteção e da segurança é um dispositivo destinado a tornar o medo tolerável. A descrição da pluralidade religiosa dos alunos na sala de aula –

católicos, evangélicos, candomblecistas, espíritas kardecistas, budistas etc. – não dá conta de fazer visíveis as variadas formas de se olharem as diferenças, na medida em que a religião as tornou algo introspectivo, como se ela estivesse voltada para ver o invisível que é revelado pelos ensinamentos de Jesus e pela história da salvação, ainda muito atuais.

Assim, a tolerância e a diferença são lembradas como a essência do bem e da felicidade, e estes se apresentam como atos de cuidado que dão sentido à vida. Tais atos introduzem a proteção à vida através da luta pelo controle que se pretende adquirir para alcançar a tarefa revelada pela palavra de Deus. Como resultado, a tolerância e a diferença tornam-se terrenos que prescrevem as condutas – estas tenderão a ser regulamentadas pela vida social, uma vez que apontam para a solidariedade fundada na transcendência.

Essa maneira de ver a tolerância e a liberdade é apenas um exemplo da declaração da identidade que se difunde pelo mundo globalizado, a fim de se estabelecerem as referências para as ações humanas, que se desenvolvem na separação entre cidade e não-engajamento a ela. Tal separação entre espaço e tempo na modernidade líquida dissolve a tolerância e a liberdade mais depressa do que o tempo que se leva para articulá-las e absorvê-las.

Buscar a solidariedade fundada na transcendência corresponde a despertar no ser humano, através da esperança da fé, o olhar para a salvação, que necessita da purificação do cidadão, “como aquilo que Deus quer da gente”, como nos contou uma professora. Assim, os seres humanos olham para a cidade como o lugar que desperta medo e expõe o destino de cada um. Transformada em local de passagem, a cidade perde a aura, ou seja, deixa de ser algo em que se investe o olhar em virtude da sua incapacidade de exercer fascínio. Esta perda do fascínio da cidade significa retornar o olhar para aquilo que é o seu depositário, os templos de consumo, para os quais os olhos não se cansam de voltar para observar a política do culto e a política do medo cotidiano – ambas retratos da insegurança, da falta de garantias e das incertezas que assolam a contemporaneidade.

A solidariedade fundada na transcendência é uma questão importante para o ensino religioso no cotidiano escolar, porque permite aos alunos aprenderem o mistério da vida, a se valorizarem e a mudarem sua postura diante dela. A partir da interiorização do sentimento de solidariedade, a escola passa a ser mais afetiva, mais acolhedora para o aluno, além de se tornar a finalidade do ato educativo, que está voltado para a aquisição de conhecimentos e valores fundadores da humanidade, estes associados ao cristianismo.

A dimensão política da solidariedade fundada na transcendência é apontada pela humanização do ser humano como uma questão que atravessa a situação da miséria humana, tão nítida em seu sofrimento exposto pelas ruas das cidades. Esta, por sua vez, desnuda a

privatização da existência. A partir de tal ótica, a restituição da ligação entre sujeito e contexto é o caminho para a humanização, que se pretende encontrar na própria transcendência do ser humano. A politização da relação entre solidariedade fundada na transcendência e felicidade humana torna-se uma referência para o aluno discutir os valores e a ética como questões que estão ligadas às religiões, ou seja, a política da vida é um dos valores da própria vida, sendo estes preservados pela religião. Neste aspecto, considera-se que as religiões podem se dar os braços, todas visando trabalhar para a felicidade e o bem.

Debruçar-se sobre esta questão significa trazer a solidariedade fundada na transcendência, que situa a humanização do ser humano através dos valores humanos como aquilo que dá sentido à sua existência. O ensino religioso busca resgatar os valores que foram esquecidos pela escola, mas precisam ser lembrados para que a vida e a morte sejam compreendidas como fenômenos em que se manifesta o poder absoluto do soberano, indicando a passagem de um poder terreno a um outro poder sagrado que escapa ao indivíduo, mas atua como caminho da salvação.

Nesta perspectiva, o fascínio pela vida terrena desenvolve-se pelo poder do soberano que se apresenta pela fé, e esta oferece a crença como caminho das certezas, das garantias e das seguranças. Assim se desperta o Eros divino que exerce atração e sedução, porque envolve a transcendência com o sagrado para despertar a vida em toda a sua força e beleza. Em nome da experiência religiosa, o homem olha para o presente como a declaração do juízo final, o que o leva a pensar o infinito como uma súplica contra o finito e também contra a imperfeição do homem. Isto o conduz ao próprio enraizamento e à busca de salvação.

Os valores humanos estudados no ensino religioso como virtudes que devem ser aprendidas para guiar o juízo e a ação humana são apresentados como conteúdos da disciplina, uma vez que as propostas programáticas de outras matérias estão voltadas para a área intelectual, porque a grade curricular é dirigida para o ensino técnico e o vestibular, isto é, para uma formação tecnicista e científica, e a formação do lado humano, espiritual, é "deixado de lado", conforme declaração de uma professora.

Assim, o ensino religioso explora temas da atualidade, como aborto, sexualidade, drogas, eutanásia e outros, para trabalhar pelo menos com as quatro incertezas da modernidade leve, que são: quem somos, onde vou passar a vida, o que vou fazer para ganhar a vida e o que vai me acontecer depois que eu morrer.

Para abordar esses assuntos, a disciplina enfatiza a vivência e o diálogo para levar os estudantes a se perguntarem se a vida é possível sem a existência da religião. Para fornecer instrumentos que possibilitem as suas respostas, os professores mostram a importância social

dos sentimentos de compaixão, solidariedade, respeito, felicidade que surgem quando o ser humano toma consciência da dor e do sofrimento de outros homens.

A solidariedade fundada na transcendência tem a preocupação com o enraizamento dos desenraizados – concorda que esta é uma tarefa ao mesmo tempo política e ética. Este tipo de solidariedade, que se funda na transcendência gerada pelos valores humanos, alimenta o indivíduo com uma força que pode ser considerada plena e verdadeira, mas que é superior a ele e existe fora dele. Ela o orienta para a experiência religiosa. De um lado, perde-se a possibilidade da experiência com os outros; de outro lado, ela tece entre os membros da comunidade uma rede de responsabilidades éticas e de compromissos, objetivando que eles criem vínculos e valorizem os laços humanos através de uma convivência fraterna que afirme a crença como âncora, pois bens como segurança, certeza e proteção não se conseguem se estivermos isolados. Neste aspecto, ela não se mistura com o não-engajamento instalado pelo poder extraterritorial que aconselha cada um a manter laços descartáveis e pouco duradouros.

Entretanto, esta oposição entre o poder da religião e o poder do capital apresenta-se como problema filosófico e não como produto dos conflitos sociais que são vividos na realidade, abandonando assim os modelos de justiça social. Supõe-se que a questão da insegurança, da incerteza e da falta de garantias é a chave para se inclinar para Deus. O homem busca na relação com Deus amparo e confiança para a vida ser vivida com integridade moral. Dito de outro modo, a relação com Deus é fundamental para o sentido da vida, definida a religião como condição de humanização do ser humano, uma vez que essa relação não carrega os temores do presente. Ela, de fato, oferece as respostas para as inquietações do homem moderno, respostas estas que são compreendidas como o invisível que será revelado pela luz divina.

Esta oposição, portanto, não devolve aos cidadãos a problemática da justiça social, apenas se torna um terreno fértil para estreitar as relações entre poder e religião. Ou seja, a religião oferece a condição humana livre de conflitos e sofrimentos para que se possa ter esperança numa sociedade que reconhece tanto a impossibilidade de erradicar a miséria humana, quanto a de se rebelar contra as injustiças.

Nesse sentido, entendemos que a solidariedade fundada na transcendência levanta a questão do reconhecimento do direito à vida, que se supõe ser da essência humana, mas tal direito é um convite ao diálogo com Deus. Quando se fala de aborto, eutanásia, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, como os perigos da sexualidade, toma-se como referência os fundamentos religiosos para proclamar a vida e a felicidade guiadas por Deus. Esse direito à vida, que se apresenta de forma precária na modernidade leve, é canalizado para

Deus, que enraíza o sujeito ao local, cumprindo a tarefa política da religião, mas afasta-o da cidade como fonte social e histórica. Dito de outra maneira, a solidariedade fundada na transcendência ensina sobre o sentimento de compaixão, que tem uma importância social porque sensibiliza o ser humano a olhar para o outro. Este sentimento, no entanto, não está associado à construção de uma sociedade solidária, ou seja, essa solidariedade não tematiza as críticas em relação a tal sentimento. A lembrança dos valores humanos em função da solidariedade fundada na transcendência traz implicações para a educação.

A primeira implicação para a prática pedagógica diz respeito à escola reconhecer a importância de estudar os valores humanos à luz de conceitos. A segunda refere-se à idéia de escrever um projeto ético como dispositivo desestabilizador de certezas e de verdades absolutas. A terceira trata do diálogo da educação com a cidade no sentido de pertencimento a um lugar.

O luxo perfumado da Avenida das Américas e o abandono fétido da Avenida Brasil mostram a cidade partida que quer esquecer o horror das profundas diferenças das condições de vida. Veste-se o manto do isolamento para que não se lembre de que os habitantes de ambas as avenidas vivem igualmente o medo, a insegurança e a incerteza. Este manto reflete a convicção de que não existe saída para tal situação, de que não há alternativas, ou de que a única alternativa seria a busca do bairro seguro onde se estabelece a comunidade do “nós” para afirmar um estilo de vida baseado na mesmice.

A transcendência apresenta-se hoje em dia como uma questão ética, a qual torna invisíveis as propriedades do capital para colocar o tempo da eternidade separado de história. Podemos dizer que a transcendência funciona de maneira adequada para destacar a política como essência, como foi trazida pelo ensino religioso, que volta a sua atenção para a eternidade. Assim, o não-engajamento ao espaço e o engajamento a um outro mundo que não seja este são alicérgeres que sustentam a cidade com o seu cenário de espaço intolerável. Reatar o engajamento com este mundo é afirmar a importância da cidade como espaço público civil, o qual possibilita resgatar a crença no mundo em que vivemos.

3. Considerações finais

Esta pesquisa – que se propôs a uma reflexão sobre os desafios do capitalismo contemporâneo que perpassam a educação – aponta para a importância do engajamento com o espaço público civil no sentido de a escola viabilizar um projeto ético capaz de colocar a

cidade como potência de vida, ou seja, a cidade como forma privilegiada de reflexão sobre os modos de viver, afirmando a potência de vida associada ao cuidado de si.

A potência de vida está ligada à ética como um tipo privilegiado de reflexão sobre as formas de vida, como modos possíveis de se problematizarem os processos de subjetivação contemporâneos. Toma-se o diálogo entre escola pública, cidade e ética como um ponto de partida para considerar o cuidado de si e o conhecimento de si preconizados por Foucault, como um problema decisivo para o saber pedagógico.

Na verdade, este problema convoca a pedagogia a refletir sobre a articulação de um projeto ético do cuidado de si com o conhecimento de si a partir de três questões. A primeira delas refere-se ao cuidado de si como um princípio que cumpre a função de permitir a crítica como uma forma de “desaprender” as certezas que convertem a verdade em dogmas. Nesse sentido, implica debater os dogmas e os conhecimentos teóricos que nada têm a ver com a compreensão do conhecimento como algo que revelará ou será decifrado pelos pensamentos e pelos desejos. A segunda diz respeito ao cuidado de si como um princípio que se apóia na “salvação” da cidade, tomando-a como um espaço privilegiado para se refletir sobre a importância da relação com o outro, o que é diferente da idéia de conhecer a si mesmo a fim de reencontrar a sua verdadeira natureza. A terceira trata do cuidado de si como um princípio que está voltado para a afirmação de vida.

Interrogar sobre o cuidado de si tem o sentido de se poder refletir sobre as formas de resistência, que são as forças que combatem a despotencialização da condição humana para fortalecer a potência de vida. Além disso, a perda da certeza, do amparo e da segurança que atravessam a contemporaneidade fortalece a religião como lugar seguro, que anuncia o retorno do sagrado e da transcendência como eixos principais de legitimação e de dotação de sentido da vida social, apresentando a solidariedade fundada na transcendência para manter o desenraizamento da cidade.

Logo, a felicidade é buscada nesse deus do tempo que promete o sentido divino para aqueles que o seguem, uma vez que o mundo em que vivemos reluta em oferecer essa promessa necessária para a condição humana. Mas a felicidade encontrada na transcendência exige que o cristão cumpra com a sua obrigação no que se refere ao desapego ao lugar, como nos falou Sennett (2006) quando trouxe a relação dos primeiros cristãos com a cidade. Ele conta que a conversão é fervorosa quando “provém da consciência de que o estilo de vida está completamente errado, sendo necessário uma mudança radical”. Esta conversão significa que

a troca de estilo de vida implica afastamento do corpo que pertence à cidade, visando libertar-se do apego que lhe impõe servidão.

De um lado, essa atraente e sedutora segurança que a religião oferece é sem dúvida uma condição necessária para a vida e para o diálogo com as diferentes culturas religiosas. Sem ela não é possível se sentar à mesa para conversar sobre as diferenças que enriquecem a condição humana. Com a segurança, a perspectiva da condição humana parece ter brilho. De outro lado, essa segurança orienta o olhar para a cidade como expressão da invisibilidade cristã, trazendo a mensagem de valorização da vida pela transcendência que enuncia a redescoberta do sagrado e a proliferação da religião como um mercado de bens religiosos, os quais precisam do proselitismo para recrutar novos membros. O excesso de bens religiosos na atualidade significa que a religião enfrenta a problemática de compreender onde e como recrutar os cidadãos que vivem o drama da escolha.

Em outras palavras, o excesso de bens religiosos produz diferentes modos de recrutamento das religiões que, envolvidas pelo sagrado, se deparam com mudanças significativas no campo religioso, as quais deslocam o religioso da esfera privada para a esfera pública, num processo complexo de privatização do público em que os cidadãos fazem uso da religião também na vida pública. Essa diversidade religiosa provê um sentido transcendental de vida que influencia na participação do espaço público, destacando que a diversidade da cidade é perigosa, mas a diversidade da religião é a escolha da proteção contra o perigo da cidade. Assim, a religião transmite a mensagem de que a diferença sem segurança é excessivamente atemorizante.

Desse modo, a pluralidade na cidade é interpretada como medo causado pelos estranhos que habitam a vida urbana. Esses estranhos são os que provocam a condenação da vida pública à insegurança. Separar-se da pluralidade é entendido como a causa principal da segurança e da proteção que a religião oferece contra os males provocados pela diversidade. O importante a ser destacado é que a religião lida com a pluralidade para revelar a invisibilidade cristã, apresentando a transcendência como fonte que ilumina a condição humana do homem contemporâneo pela promessa da salvação individual.

De costas para a “cidade dos homens” e de frente para o espaço fundado na transcendência, a religião institui a comunidade do “nós”, que serve de âncora para se manter a distância em relação à cidade, transformando os impactos do não-engajamento na condição humana do homem contemporâneo em busca de segurança, certezas e garantias de revelação divina.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHARTIER, Roger. *Foucault e os historiadores, os historiadores e Foucault*: arqueologia dos discursos e genealogia das práticas em torno da Revolução. Texto apresentado em outubro de 1995, por ocasião dos 10 anos de morte de Foucault, no colóquio L'histoire au risque de Foucault – Centre Georges Pompidou. Tradução de Daisy Elísio, com revisão de José Gonçalves Gondra (UERJ).

FERREIRA, Marcelo Santana *et. al.* "Ensaio sobre o pensamento contemporâneo". Proclama, 2006. Disponível em proclama.editora@uol.com.br

GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Teologia e Messianismo no pensamento de W. Benjamin". USP Estudos Avançados 37, Dossiê Memória, v.13, n.37, set./dez. 1999.

_____. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GARBER, Klaus & GAGNEBIN, Jeanne-Marie. "Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano?". In: *Dossiê Walter Benjamin. Revista USP*: Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da USP, São Paulo, n.15, set./out./nov. 92.

MASSEY, Doreen. "Um sentido global do lugar". In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Papyrus. p.177- 85 (memo).

PELBART, Peter Pál. *Vida capital. Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RODRIGUES, Ana Cabral. *Subjetividades e espaços: narrativas incompletas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006.